

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.** ----

--- Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia, na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

--- **Um** – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois** – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS.-----

--- **Três** – APRECIACÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

--- **Quatro** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO NUMERO TRÊS AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

--- **Cinco** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU. -----

--- **Seis** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO AO COMANDANTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO.-----

--- **Sete** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU. -----

--- **Oito** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DOIS MIL E DEZANOVE/DOIS MIL E VINTE – ESTIMATIVA. -----

--- **Nove** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ALCANEDE – EXPOALCANEDE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

--- **Dez** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANAS DO CONCELHO DE SANTARÉM. -----

--- **Onze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS.-----

--- **Doze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – MERCADO MUNICIPAL – INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS NA CASA DO CAMPINO. -----

--- **Treze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO NO TROÇO ENTRE CASAIS DA ESTRADA/ESTRADA NACIONAL TRÊS (TORRE DO BISPO).

--- **Catorze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO CANIL GATIL. -----

--- **Quinze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto (Presidente).-----

--- António Pina Ferreira Campos Braz (Primeiro Secretário).-----

--- Maria Helena Claro Vítor Vinagre (Segunda Secretária).-----

--- André Filipe Arraia Gomes. -----

--- Carlos Manuel Segundo Nestal.-----

--- Carlos Manuel Vasques Teixeira Correia dos Reis. -----

--- Cristina Maria Milhano Pintão de Campos. -----

--- Francisco António Madeira Mendes. -----

--- Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

- Inês de Almeida Mendes. -----
- José Francisco Pereira Gandarez. -----
- José Manuel Augusto de Magalhães. -----
- Luís Maria Severino Arrais. -----
- Luís Miguel Montez Taborda. -----
- Luísa Maria Teixeira Gonçalves Barbosa. -----
- Manuel António dos Santos Afonso. -----
- Manuel Armando Gomes. -----
- Maria Leonor Caneira Machado Fonseca. -----
- Marta Tomaz Alves Conceição Pitta Soares. -----
- Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes. -----
- Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco. -----
- Nuno Tiago dos Santos Russo. -----
- Nuno Quitério Braz Lopes. -----
- Paulo Filipe Fernandes Ferreira Chora. -----
- Pedro Nuno Filipe Venceslau Coimbra. -----
- Sandra Isabel Bernardes Coelho. -----
- Saúl do Amaral Cordeiro Batista. -----
- **Presidentes de Junta:** -----
- António Manuel da Silva Branco (Abitureiras). -----
- Paula Sofia da Costa Cruz (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Abrã). -----
- Manuel Joaquim Vieira (Alcanede). -----
- Pedro Rui Figueiredo dos Santos Branco (Alcanhões). -----
- João de Oliveira Neves (Almoster). -----
- Duarte Nuno Frazão Neto (Amiais de Baixo). -----
- Paulo Jorge Gaspar Guedes (Arneiro das Milhariças). -----
- Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria). -----
- Marcelo Ferreira Morgado (Moçarria). -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

- Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes). -----
- José João Delgado Pedro (Póvoa da Isenta). -----
- Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém).-----
- Luís Manuel Madeira Mena Esteves (UF Azoia de Cima e Tremês). -----
- Miguel Ângelo Rosário Tomás (UF de Casével e Vaqueiros). -----
- Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (UF Romeira e Várzea).-----
- Luís Manuel da Silva Amaral (em representação do Presidente da UF da Cidade de Santarém).-----
- Ricardo Luís da Costa (UF São Vicente do Paúl e Vale de Figueira).-----
- **Justificaram as suas ausências:** -----
- Dina Maria Gomes Rocha.-----
- Guida Isabel Finote Henriques Botequim da Gaga (UF Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém). -----
- **Solicitaram a substituição nos termos da Lei e do Regimento:**-----
- Afonso Manuel Meireles Silveira. -----
- Ana Margarida Reis Vieira e Silva.-----
- Bruno Miguel da Silva Matos.-----
- João Francisco Ferreira Teixeira Leite. -----
- Luís Manuel da Graça Batista. -----
- Patrícia Carla Bonança de Mattamouros Resende Fonseca de Oliveira. -----
- **Executivo Municipal** -----
- Presenças: -----
- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves. -----
- Rui Pedro de Sousa Barreiro. -----
- Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra. -----
- José Augusto Alves dos Santos.-----
- Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes.-----
- Virgínia Maria Ramos Carrondo Mena Esteves.-----
- Ricardo Gonçalves dos Santos Rato. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

- Cristina Margarida Gomes Casanova Pereira Martins. -----
- Sofia Margarida Antero dos Santos Martinho Pó. -----
- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informou que o senhor João Francisco Ferreira Teixeira Leite, eleito pela lista do PSD, que solicitou a renúncia do mandato, sendo substituído pelo senhor Pedro Nuno Filipe Venceslau Coimbra, nos termos da Lei e do Regimento. -----
- De seguida, colocou à consideração da Assembleia a introdução na ordem de trabalhos das propostas “Alteração da Composição e substituição de representantes do Conselho Municipal de Educação”, “Apoio Financeiro à Junta de freguesia de Pernes – Festival do Azeite” e “Nomeação da senhora Sandra Maria Cordeiro Alexandre Tovar Faro, para a CPCJ, em substituição da senhora Ana Margarida Vieira e Silva”, tendo o Plenário, **por unanimidade, concordado**, ficando a referida ordem de trabalhos com a seguinte composição:-----
- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----
- **Dois** – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS.-----
- **Três** – APRECIACÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----
- **Quatro** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO NUMERO TRÊS AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----
- **Cinco** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU. -----
- **Seis** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO AO COMANDANTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE DESPESAS DE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

REPRESENTAÇÃO.-----

--- **Sete** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU.-----

--- **Oito** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DOIS MIL E DEZANOVE/DOIS MIL E VINTE – ESTIMATIVA.-----

--- **Nove** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ALCANEDE – EXPOALCANEDE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

--- **Dez** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANAS DO CONCELHO DE SANTARÉM.-----

--- **Onze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS.-----

--- **Doze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – MERCADO MUNICIPAL – INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS NA CASA DO CAMPINO.-----

--- **Treze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO NO TROÇO ENTRE CASAIS DA ESTRADA/ESTRADA NACIONAL TRÊS (TORRE DO BISPO).

--- **Catorze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO CANIL GATIL.-----

--- **Quinze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

--- **Dezasseis** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE PERNES – FESTIVAL DO AZEITE. -

--- **Dezassete** – NOMEAÇÃO DA SENHORA SANDRA MARIA CORDEIRO ALEXANDRE TOVAR FARO, PARA A CPCJ, EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

ANA MARGARIDA VIEIRA E SILVA. -----
--- **Dezoito** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----
--- De imediato, deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, submetendo a apreciação e votação a **Ata número catorze – dois mil e dezassete/dois mil e vinte e um**, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----
--- Prosseguiu-se o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra ao senhor **André Gomes** que começou por se referir ao Mercado Municipal, historiando um pouco o que se tem passado relativamente a este processo.-----
--- Manifestou a sua discordância em relação ao teor do edital exigindo a devolução das bancas em cinco dias, limpas e livres de devolutas de pessoas e bens, sendo que se não o fizerem será efetuada a desocupação com recurso às autoridades policiais, realçando que as bancas foram entregues de forma civilizada. -----
--- Salientou que foi impedido de participar na reunião que se seguiu à desocupação das bancas, considerando que já não havia nada a negociar porque minutos depois no site da Câmara apareceu a notícia de que se concluiu a mudança dos comerciantes para a Casa do Campino. -----
--- Concluiu, recolocando as questões formuladas no seu requerimento de vinte e nove de julho de dois mil e dezanove e que ainda não obteve resposta por parte do Executivo Municipal.-----
--- O senhor **Paulo Chora** referiu que o Bloco de Esquerda foi contactado por um conjunto de moradores do centro histórico, em relação a um conjunto de intervenções que estão a ser programadas para o Largo dos Pasteleiros e Largo Ramiro Nobre, que manifestaram a sua preocupação relativamente ao estacionamento para os moradores e à acessibilidade às suas habitações. -----
--- Perguntou o que se está a passar com as ilhas ecológicas dado que muitas delas estão seladas, existindo próximo das mesmas os tradicionais contentores.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- Questionou quem é que está a fazer a monitorização dos inclinómetros nas encostas da Estrada Nacional cento e catorze e se existe alguma previsão para a abertura global desta estrada.-----

--- O senhor **Manuel Afonso** alertou para o mau estado da Rua Quinze de Março, pedindo uma intervenção rápida para aquele local.-----

--- Chamou a atenção para a Calçadinha do Carmo existindo uma lixeira junto a este espaço que urge intervir.-----

--- Considerou importante que o Mercado Municipal depois das obras continue com as mesmas características dando o exemplo dos mercados municipais do Entroncamento e de Torres Novas.-----

--- O senhor **Luís Mena Esteves** referiu-se à requalificação da Estrada Nacional trezentos e sessenta e dois, chamando a atenção para a necessidade de ser acutelada a segurança das pessoas uma vez que a intervenção apenas prevê a repavimentação da estrada, solicitando a intervenção do senhor Presidente da Câmara no sentido de melhorar as condições de segurança para os peões.-----

--- O senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, destacou o sucesso do In Santarém que trouxe à cidade mais de sessenta mil visitantes.-----

--- Enalteceu o facto de Santarém ser a cidade anfitriã do Programa televisivo dedicado aos doces.-----

--- Quis saber qual o ponto de situação das obras do Largo do Mosteiro em Almoester, chamando a atenção para os transtornos causados pela obra.-----

--- Alertou para a necessidade de manutenção/substituição de alguns contentores do lixo na sua freguesia.-----

--- O senhor **Manuel Joaquim Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede, congratulou-se com o sucesso alcançado na última edição da ExpoAlcanede que ultrapassou as suas expectativas.-----

--- Referiu-se aos quartéis da GNR de Alcanede e Pernes, destacando que passados cerca de dois anos está-se no ponto de partida, querendo saber se existe algum desenvolvimento sobre esta matéria.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- Considerou que a requalificação da Estrada Nacional trezentos e sessenta e dois e as populações por onde esta passa mereciam mais, porque não existe alternativa, lamentando a falta de passeios. -----

--- O senhor **José Magalhães** enalteceu o evento ocorrido no Convento de São Francisco relativo à atribuição do Mérito Desportivo no qual foi possível ver a dinâmica dos praticantes de desporto no concelho de Santarém. -----

--- Perguntou se estão acautelados os painéis de azulejos do Mercado Municipal, salientando que a obra não está devidamente sinalizada, nomeadamente, que o mercado se encontra a funcionar noutra local. -----

--- Quis saber qual o ponto de situação do Museu São João de Alporão, alertando para a existência de um contentor do lixo encostado às paredes do monumento nacional e lixo acantonado nos vários cantos, situação que é recorrente. -----

--- O senhor **Nuno Russo** congratulou o Município de Santarém pela iniciativa de reconhecimento do Mérito Desportivo dois mil e dezoito/dois mil e dezanove, no Convento de São Francisco, sendo um evento que reconhece atletas que se distinguiram ao nível do desporto. Contudo, na sua opinião, nem tudo correu bem, o espaço foi manifestamente insuficiente considerando que existem outros espaços na cidade com melhores condições de acomodação, assim como deveria ser equacionada a realização deste evento a uma sexta-feira.-----

--- A senhora **Marta Pitta Soares** referiu que o início do ano letivo é um marco importante para toda a comunidade escolar pelo que o Município de Santarém quis assinalar o início deste ano letivo com um encontro de professores do concelho de Santarém de todos os níveis de ensino, tendo dado as boas vindas a todos estes docentes no Convento de São Francisco organizando uma ação de formação denominada “Santarém Educa dois mil e dezanove”, dando os parabéns ao executivo municipal pelo trabalho desenvolvido na área da educação. -----

--- O senhor **Pedro Rui Branco**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, referiu-se à carta aberta ao senhor Ministro Pedro Nuno Santos sobre as passagens de nível da estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, tendo obtido informação das Infraestruturas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

de Portugal de que o protocolo da obra já foi enviado à Câmara Municipal de Santarém e que o projeto de execução estará fechado até final de setembro próximo, apelando a intervenção do senhor Presidente da Câmara junto da IP no sentido da obra finalmente ser executada. -----

--- Chamou a atenção para a necessidade da Escola Básica EB-Um de Alcanhões ser incluída no próximo orçamento do Município de Santarém.-----

--- O senhor **Francisco Mendes** salientou que na sessão de ordinária de abril foi criada uma comissão para analisar uma petição “Casa Mortuária no Bairro Dezasseis de Março, Não!”, tendo, posteriormente, na sessão ordinária de junho sido criada a Comissão Permanente para a Cidadania para a qual foi encaminhada a petição “Comerciantes do Mercado Municipal não aceitam ser despejados”. Recordou em relação à primeira comissão que foi dado um prazo para conclusão do relatório até à sessão de junho o que não se verificou, querendo saber quais os motivos deste assunto não ter vindo a esta Assembleia. -----

--- A senhora **Cristina Campos** informou que a comissão se encontra a analisar a petição sobre os Comerciantes do Mercado Municipal, adiantando que foi ouvida a primeira peticionária, pelo que a comissão está a reunir todos os elementos que dizem respeito a este assunto para que possa concluir os seus trabalhos.-----

--- O senhor **Luís Arrais** deu os parabéns ao executivo municipal pela realização da cerimónia do reconhecimento do Mérito Desportivo.-----

--- Apresentou também os parabéns ao Grupo de Danças Ribatejanas, na pessoa do senhor Ludgero Mendes, pela realização do Festival Internacional de Folclore Celestino Graça.

--- Desejou as maiores felicidades ao novo Conselho de Administração da empresa municipal Viver Santarém. -----

--- O senhor **Carlos Reis** alertou para os problemas de circulação automóvel na rua de São Bento. -----

--- Chamou a atenção para a questão da arborização, assim como para o facto dos fontanários na cidade não estarem a funcionar.-----

--- O senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, esclareceu em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

relação aos trabalhos da comissão “Casa Mortuária no Bairro Dezasseis de Março, Não!” que foi preciso reunir elementos, tendo se metido pelo meio dois atos eleitorais e o período das férias, adiantando que está marcada uma reunião para o próximo dia oito de outubro.

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** começou por clarificar em relação aos comerciantes do Mercado Municipal que não houve qualquer carta intimidatória aquilo que aconteceu foi uma notificação que deriva do direito administrativo, salientando que o Município pretende lançar um concurso para que este espaço possa funcionar de uma forma mais dinâmica, referindo que a reunião apenas se destinava aos comerciantes. ----

--- Quanto aos moradores do centro histórico, disse reuniu com a Associação de Moradores do Centro Histórico, tendo sido com estranheza que viu alguns moradores que não tinham concordado com as decisões unânimes da Associação de Moradores virem a reunião de Câmara falar de alguns assuntos fora daquilo que tinha sido acordado, sublinhando que não irá haver menos locais de estacionamento do que os atualmente existentes. -----

--- Referiu que as ilhas ecológicas não são compatíveis não são compatíveis com os atuais carros de recolha da Resitejo, estando o assunto a ser tratado conjuntamente com esta empresa tendo em vista a aquisição de novas plataformas. -----

--- Salientou que a monitorização dos inclinómetros é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, considerando que foi uma vergonha aquilo que se passou com a abertura da Estrada Nacional cento e catorze, sendo que esta já poderia ter sido aberta ao trânsito nestes moldes em setembro de dois mil e dezoito. -----

--- Informou que as questões abordadas pelo senhor deputado Manuel Afonso estão a ser tramitadas. -----

--- No tocante à Estrada Nacional trezentos e sessenta e dois lamentou que todos os alertas que foram dados pelo Município de Santarém às Infraestruturas de Portugal não foram tidos em conta, tendo tido apenas conhecimento do projeto aquando da sua apresentação em Alcanede. Acrescentou que pediu uma reunião às Infraestruturas de Portugal para abordar as preocupações do senhor Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- Quanto ao Largo do Mosteiro em Almoester, sublinhou que o Município já rescindiu o contrato com o empreiteiro, estando a ultimar o lançamento do projeto para conclusão da obra.-----

--- Em relação aos quartéis da GNR de Alcanede e Pernes lamentou a ausência de resposta do atual Governo sobre esta matéria, manifestando a disponibilidade do município para avançar com a obra.-----

--- Clarificou que a questão de preservação dos azulejos do Mercado Municipal está acautelada e está a ser acompanhada pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.-----

--- Quanto à questão de sinalização da obra informou que não colocou os painéis sobre os custos da obra dado se estar em período eleitoral.-----

--- No tocante ao Museu São João de Alporão informou que o processo está em fase de adjudicação esperando levar este assunto a reunião de Câmara durante o mês de outubro.

--- Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Nuno Russo, referiu que esta cerimónia já se realizou em vários locais, tendo sido no Convento de São Francisco o ano que teve mais pessoas.-----

--- Sublinhou o sucesso do início do novo ano escolar.-----

--- No que concerne à variante às Assacais informou que já respondeu ao protocolo enviado pelas Infraestruturas de Portugal, manifestando a disponibilidade para assumir cinquenta por cento da intervenção, contudo não aceita que esta estrada passe para a responsabilidade do Município sem haver uma contrapartida financeira.-----

--- Considerou que a petição sobre a Casa Mortuária foi feita com base em premissas erradas.-----

--- Informou que irá mandar averiguar o que se passa em relação ao trânsito na rua de São Bento.-----

--- Em relação à arborização, adiantou que foram colocadas cento e sessenta árvores no planalto.-----

--- Concluiu, referindo que os serviços estão a trabalhar na requalificação dos fontanários.

--- Após alguma troca de impressões, foi dado por concluído o Período de “Antes da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

Ordem do Dia” tendo sido declarado aberto o primeiro **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, o qual não se concretizou por ausência de oradores. -----

--- De imediato, foi dado início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Carlos Nestal** que recordou que o senhor Presidente da Câmara afirmou há alguns meses atrás que as obras do Jardim de S. Domingos iriam ter início em junho de dois mil e dezanove o que até à data ainda não se verificou, querendo saber a que se deve o atraso.-----

--- Questionou sobre o ponto de situação das cafetarias do Jardim da Liberdade.-----

--- Quis saber qual a estratégia do Município de Santarém para atrair pessoas e empresas para Santarém, tendo em conta a sua localização geográfica e acessibilidades. -----

--- O senhor **Luís Arrais** solicitou esclarecimentos sobre as reuniões havidas quer com a Associação Portuguesa de Suinicultores sobre o centro tecnológico e informativo de suinicultura, quer com os representantes da Lactogal.-----

--- Depois, o senhor **Francisco Madeira Lopes** referiu que no passado dia vinte e cinco de setembro celebrou-se o Dia Mundial dos Rios e hoje está a ter lugar em vários locais do mundo uma greve climática global apelando a uma mudança vital e necessária dos nossos hábitos.-----

--- Perguntou qual o nível de poluição do Rio Tejo, com base na monitorização que tem vindo a ser efetuada, uma vez que vários focos de poluição continuam ativos. Por outro lado, o Rio Alviela também não melhorou continuando os maus cheiros em Alcanena, a par das fontes poluidoras provenientes de pecuárias no concelho de Santarém, questionando qual o acompanhamento que a Câmara Municipal de Santarém está a fazer em relação a esta situação.-----

--- Quis saber qual o ponto de situação do projeto para despoluição do Rio Maior. -----

--- Salientou que finalmente, passado um ano e dez meses, a Câmara respondeu ao seu requerimento sobre o hospital privado, verificando que o compromisso assumido para com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

os vereadores da oposição de que todas as questões seriam respondidas não foi cumprido.

--- Considerou inaceitável que a jurista que elaborou o parecer não tenha respondido a todas as questões colocadas, entendendo que eram questões laterais, querendo saber se a Câmara concordou que o âmbito do parecer fosse reduzido violando o compromisso que havia com os vereadores da oposição ou se foi decisão unilateral de quem prestou o serviço à autarquia. -----

--- De seguida, o senhor **Francisco Mendes** começou por tecer algumas considerações relativamente à demora nas respostas por parte da Câmara aos requerimentos apresentados pelos membros desta Assembleia. -----

--- Recordou que na última sessão da Assembleia alertou para a má colocação de alguns pilaretes na Rua Vasco da Gama. Contudo, até à presente data, nada foi para resolver a situação, esperando que esta situação não venha a ter o mesmo desfecho da seta na rotunda do Santo, em S. Domingos, ou seja, que os técnicos é que decidiam e tudo o que eles decidem está bem feito. -----

--- Referiu-se ao já falado parque de autocaravanismo, salientando que foi avançado pela senhora Vereadora Inês Barroso que a Câmara está a trabalhar para criar um parque de autocaravanas ou uma estação de serviço de autocaravanas, perguntando qual o ponto de situação. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação ao lançamento do projeto para o Campo Emílio Infante da Câmara no seguimento das deliberações tomadas por esta Assembleia. -----

--- Concluiu, perguntando qual o ponto de situação do Plano Diretor Municipal. -----

--- Depois, o senhor **Paulo Chora** considerou que existe uma Câmara a várias velocidades, salientando que é raro encontrar na Agenda Cultural uma iniciativa fora da cidade. -----

--- Saudou a realização da gala de atribuição do Mérito Desportivo, sugerindo que com o crescente número de participantes seja encontrado um local que possa acolher a todos ou então que sejam realizadas várias cerimónias ao longo do ano. -----

--- Aludiu que durante algum tempo se verificou um número significativo de semáforos desligados ou fundidos, salientando a necessidade de haver uma manutenção eficaz destes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

- sistemas de sinalização, de modo a evitar acidentes graves. -----
- Clarificou relativamente à sinalização das obras do Mercado Municipal que a questão levantada em dois mil e dezassete não se prendia com o facto das obras estarem a decorrer, mas de se irem realizar no futuro. -----
- A seguir, o senhor **José Magalhães** começou por realçar o número significativo de fotocópias e impressões tiradas entre quinze de junho e treze de setembro do corrente ano.
- Disse que gostaria de saber o número de participantes nos eventos levados a cabo pelo Serviço Municipal de Bibliotecas e Património Cultural. -----
- Salientou que no relatório vem mencionado a limpeza do pedestal da Estátua Pedro Álvares Cabral, considerando que o espaço envolvente da Igreja da Graça não é condigno para os turistas que visitam aquele monumento.-----
- Quis saber se ainda é necessário ligar para um número de telefone para se visitar a Torre das Cabaças.-----
- Aludiu que o relatório na secção de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho refere que não foram realizados no período testes de alcoolemia e volta a incorrer no erro de que o valor legal é maior que zero vírgula cinco gramas por litro, quando a lei diz que o valor é maior ou igual.-----
- Lamentou que no relatório da Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade não tenha uma linha orientadora sobre procedimentos internos que visem a descarbonização dos serviços com a implementação cem por cento de luzes led e o uso de veículos elétricos sempre que possível. -----
- Perguntou se já foram implementadas algumas das recomendações mencionadas no relatório “Por uma cidade limpa”, salientando que teve oportunidade de verificar que o Miradouro de S. Bento foi objeto de intervenção, contudo, continua a ser um repositório de lixo. Aludiu que o espaço da ex-Escola Fixa de Trânsito apresenta-se menos sujo, embora as folhas e material biológico que se acumulam nas redes dão um aspeto de abandono pelo que merecia uma manutenção periódica. -----
- Destacou que o relatório refere a falta de mão de obra para fazer face à necessidade de limpeza dos cantões, perguntando se está prevista a contratação de operacionais para fazer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

face às necessidades existentes. -----

--- Informou que iria apresentar um requerimento ao senhor Presidente da Assembleia para lhe ser fornecido os mapas de intervenção nos cantões. -----

--- Seguidamente, o senhor **André Gomes** agradeceu o convite para a conferência que ocorreu sobre as alterações climáticas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santarém.

--- Disse, relativamente aos largos do Centro Histórico que a CDU aguarda pelos projetos oportunamente solicitados para se poder pronunciar sobre esta matéria. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** começou por esclarecer que o Executivo tem em mãos um conjunto de intervenções onde está incluído o Jardim de S. Domingos.-----

--- Clarificou em relação às Cafetarias do Jardim da Liberdade que não há necessidade de fazer qualquer protocolo, contudo irá ser elaborado um documento com tudo aquilo que irá ser tramitado relativamente à cedência deste espaço, adiantando que a DGPC já deu parecer favorável em relação a esta matéria. -----

--- No que concerne à questão geográfica e estratégica, referiu que nos últimos anos têm sido criados uma média de setecentos novos postos de trabalho, a par da criação de cerca de cento e noventa empresas com uma taxa de sucesso na ordem dos cinquenta por cento, destacando os investimentos realizados pela Fonte Salem em cinquenta milhões de euros, a Valsabor em Alcanede com um investimento de mais de quinze milhões de euros, a Escalabis Solar em que o governo apresentou um investimento de mais de oitenta e dois milhões de euros para Almoster, a Olitrém está a duplicar a sua fábrica e a Leroy Merly fez um investimento de oito milhões de euros. -----

--- Quanto ao Centro de Tecnologia de Suinicultura disse existem projetos relativamente a esta entidade, pelo que o executivo aguarda novos desenvolvimentos. -----

--- Referiu que a Lactogal foi um projeto de mandatos anteriores que não tiveram sucesso.

--- Relativamente ao parecer sobre o hospital privado informou que o mesmo foi centrado naquilo que era importante, ou seja, se era possível ou não fazer a construção. -----

--- Clarificou que as decisões tomadas pelo executivo quer em relação ao trânsito quer em relação a outra matéria qualquer são efetuadas depois de devidamente debatidas e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

aprofundadas com os respetivos técnicos. -----

--- Quanto ao Campo Emílio Infante da Câmara, informou que é sua intenção reunir como os representantes dos grupos políticos, depois das eleições de outubro para falar sobre esta matéria dado que apareceram novas variáveis. -----

--- Relativamente ao Plano Diretor Municipal referiu que até junho de dois mil e vinte estes planos de ordenamento têm de estar revistos, sendo intenção do executivo dar início a um novo processo de revisão assim que este esteja aprovado, de modo a colmatar algumas situações que a atual revisão não conseguiu resolver.-----

--- Esclareceu que os semáforos estiveram desligados durante um período de tempo devido a uma trovoada que danificou alguns equipamentos que foi necessário reparar. -----

--- Informou que o pedestal de Pedro Alvares Cabral foi objeto de vandalismo, pelo que foi necessário contratar uma empresa para fazer a limpeza do monumento de acordo com as normas da DGCP, recordando que em tempos foi um produto utilizado em França para limpar o tumulo dos Menezes na Igreja da Graça que danificou a pedra.-----

--- Quanto à iluminação led o município adquiriu trinta mil luminárias led sendo que dez mil já foram substituídas, estando a tramitar com a CIMLT a substituição das restantes vinte mil luminárias até final do mandato. -----

--- No tocante ao espaço da ex-Escola Fixa de Trânsito o executivo está a trabalhar no sentido de encontrar outras valências para aquele espaço, já existindo algumas ideias. ---

--- Referiu que efetivamente a autarquia debate-se com falta de mão de obra, recordando que no último ano integrou cinquenta e quatro precários enquanto que o Estado não contratou quase ninguém ao abrigo da legislação que fez aprovar. -----

--- Quanto à questão da limpeza estamos a tramitar no sentido de ser efetuado um contrato com a Resitejo para a recolha dos resíduos sólidos urbanos. -----

--- Aludiu que os projetos para os largos do centro histórico estão a ser trabalhados no âmbito do PDU, sendo que alguns deles vão mudar a cara do centro histórico. -----

--- A seguir, a senhora **Vereadora Inês Barroso** informou que neste momento não tem conhecimento de nenhum problema grave no Rio Tejo na área do concelho de Santarém. Relativamente ao Alviela, adiantou que têm vindo a ser efetuadas de ações de fiscalização

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

conjuntas. Quanto ao Rio Maior já houve várias tentativas para retomar as reuniões sem sucesso dado que as outras autarquias envolvidas não têm conseguido trabalhar alguns dos dados. -----

--- Quanto ao autocaravanismo disse está a ser preparada uma área de serviço junto ao Complexo Aquático para receber autocaravanas e queremos fazê-lo de forma sustentável sem impacto ambiental. -----

--- Salientou que existem dois tipos de agenda cultural: o “Santarém Cultura” que diz respeito a todas as atividades no âmbito deste projeto cultural; o “Santarém Agenda” que reporta todas as atividades do concelho que as juntas de freguesia e associações nos façam chegar ao Gabinete de Relações Públicas e Comunicação até ao dia dez do mês que antecede a sua produção. -----

--- Clarificou no tocante às fotocópias e impressões que as digitalizações também contam como fotocópias, sendo que neste período também ocorreram as eleições legislativas o que contribuiu para o aumento significativo de cópias. -----

--- Relativamente ao número de participantes nas atividades do Serviço Municipal de Biblioteca disse que ficou acordado, dado que está a decorrer as atividades que comemoram as Jornadas Europeias do Património, fazer um relatório no final destas atividades com o número de participantes. -----

--- Considerou que é necessário continuar a telefonar para visitar a Torre das Cabaças de modo a haver uma rentabilização dos recursos humanos, sendo que este método tem funcionado bem. -----

--- No que concerne à conferência sobre questões ambientais, considerou que todos ficámos com uma responsabilidade acrescida. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi dado por concluído a apreciação deste ponto que não carece de votação. -----

--- PONTO DOIS – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS

--- O senhor **André Gomes** referiu-se que no passado dia vinte de setembro reuniu o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

Conselho Municipal de Juventude subordinado ao tem Organizações de Juventude e Programa Europeus onde foram debatidas várias propostas no sentido de garantir aos jovens o acesso equitativo a organizações de juventude e programas europeus para a juventude, elogiando o senhor Vereador Ricardo Rato que tem dado uma dinâmica muito positiva a este Conselho. -----

--- De seguida, o senhor **Francisco Mendes** sublinhou a necessidade de serem enviadas as atas e respetivas convocatórias das comissões e conselhos municipais. -----

--- Depois, o senhor **Carlos Reis** referiu que integra a comissão alargada da CPCJ, salientado que se prepara a comemoração dos trinta anos dos direitos das crianças. -----

--- Esgotadas as intervenções foi dada por concluída a apreciação deste Ponto que não carece de votação. -----

--- **PONTO TRÊS – RELATÓRIO E CONTAS MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

--- Pela Câmara foi presente para apreciação o relatório em epígrafe. -----

--- O senhor **Manuel Joaquim Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede, salientou que o resultado líquido do exercício é positivo em dois vírgula um milhões de euros, verificando-se uma diminuição de um vírgula dois milhões de euros face ao resultado líquido apurado no mesmo período do ano anterior, motivado pela devolução de IMT referente a dois mil e dezoito. -----

Prosseguiu, verifica-se uma diminuição de dois vírgula dois milhões de euros dos proveitos municipais face ao primeiro semestre de dois mil e dezoito. -----

--- Relativamente aos custos municipais verifica-se uma diminuição de novecentos e noventa e dois mil euros face ao período homólogo, sendo que o ativo do município atingiu o valor de duzentos e quarenta e sete vírgula oito milhões de euros. -----

--- Os fundos próprios da autarquia totalizam cento e cinquenta e nove vírgula nove milhões de euros, ou seja, um acréscimo de um vírgula seis milhões de euros. -----

--- Concluiu, realçando que o passivo da autarquia diminuiu um vírgula um milhões de euros, verificando-se uma redução na ordem dos cinquenta por cento em sete anos. -----

--- Esgotadas as intervenções foi dada por concluída a apreciação deste Ponto que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

carece de votação.-----

---PONTO QUATRO – PROPOSTA DE REVISÃO NÚMERO TRÊS AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quarenta e cinco/dois mil e dezanove:---

--- “Dando sequência à deliberação camarária de nove de setembro de dois mil e dezanove, tomada por maioria, com cinco votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do Partido Social Democrata e quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Proposta de Revisão número três ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e dezanove**, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, conjugado com a alínea c) do número um do artigo trinta e três, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revisão número Três ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e dezanove**, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com dezanove votos a favor, zero votos contra e dezassete abstenções. -----

---PONTO CINCO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quarenta e sete/dois mil e dezanove: ----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de nove de setembro de dois mil e dezanove, tomada por maioria, com cinco votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do Partido Social Democrata e quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Proposta de Atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direção intermédia de**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

primeiro e segundo grau, nos termos do número dois do artigo vinte e quatro, da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto”. -----

--- O senhor **Paulo Chora** referiu que gostaria de uma justificação para a atribuição destas despesas de representação e quais os seus benefícios e encargos para o município. -----

--- O senhor **Francisco Madeira Lopes** sublinhou o que foi dito pelo anterior orador.---

--- O senhor **Francisco Mendes** questionou qual o valor anual destas despesas de representação.-----

--- A senhora **Vereadora Inês Barroso** esclareceu que estas despesas de representação sempre fizeram parte do sistema remuneratório dos dirigentes neste município, salientando a estrutura atual em termos de dirigentes tem um encargo mensal de dois mil trezentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos enquanto que a nova estrutura vai ter um encargo de três mil novecentos e setenta e dois euros e oito cêntimos. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direção intermédia de primeiro e segundo grau**, nos termos do número dois do artigo vinte e quatro, da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e onze abstenções. -----

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO AO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO.**--

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quarenta e um/dois mil e dezanove: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de um de agosto de dois mil e dezanove, tomada por unanimidade, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Proposta de Atribuição ao Coordenador Municipal de Proteção Civil de despesas de representação correspondentes aos montantes fixados para Chefe de Divisão, com efeitos a um de junho de dois mil e dezanove**, nos termos do número dois do artigo vinte e quatro, da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, conjugado com o artigo catorze–A, do Decreto-Lei quarenta e quatro/dois mil e dezanove, de um de abril”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Atribuição ao Coordenador Municipal de Proteção Civil de Despesas de Representação**, nos termos do número dois do artigo vinte e quatro, da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, conjugado com o artigo catorze-A, do Decreto-Lei quarenta e quatro/dois mil e dezanove, de um de abril, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE RECRUTAMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU**.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quarenta e seis/dois mil e dezanove:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de um de agosto de dois mil e dezanove, tomada por unanimidade, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Proposta de definição dos requisitos e competências de Recrutamento de cargos de direção intermédia de terceiro grau, bem como a respetiva remuneração**, nos termos do número três do artigo quatro, da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto”.-----

--- O senhor **Nuno Russo** teceu algumas considerações no tocante à proposta em apreço, solicitando esclarecimentos sobre as unidades orgânicas atípicas.-----

--- O senhor **Carlos Reis** quis saber como é que vais ser efetuado o recrutamento para estes lugares de chefia. -----

--- A senhora **Vereadora Inês Barroso** esclareceu que as unidades orgânicas dizem respeito ao Gabinete de Relações Públicas e Comunicação e à Loja do Cidadão, sendo que o recrutamento será efetuado dentro dos trabalhadores do município. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Recrutamento de cargos de direção intermédia de terceiro grau, bem como a respetiva remuneração**, nos termos do número dois do artigo vinte e quatro, da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO OITO – PROPOSTA DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PARA O ANO**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

LETIVO DOIS MIL E DEZANOVE/DOIS MIL E VINTE - ESTIMATIVA. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número trinta e nove/dois mil e dezanove: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade em quinze de julho de dois mil e dezanove, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e oito de fevereiro, que delibere conceder **autorização prévia para assunção do compromisso plurianual**, relativa à atualização dos anexos III dos acordos de colaboração celebrados com os Agrupamentos de Escolas no âmbito da Educação relativos ao ano letivo dois mil e dezanove/dois mil e vinte, com base nos fundamentos expressos na informação número nove mil oitocentos e sete, de dezanove de junho de dois mil e dezanove, da Divisão de Educação e Juventude, que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Acordos de colaboração com os Agrupamentos de Escolas no âmbito da educação para o ano letivo dois mil e dezanove/dois mil e vinte - Estimativa**, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e oito de fevereiro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.

--- Não participou na votação deste assunto o senhor **António Pina Braz**, Primeiro Secretário da Mesa, por motivos profissionais. -----

--- PONTO NOVE – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ALCANEDE PARA ORGANIZAÇÃO DA EXPOALCANEDE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e três/dois mil e dezanove: ----

--- “I. A junta de Freguesia de Alcanede pretende realizar no próximo mês de setembro a ExpoAlcanede dois mil e dezanove;-----

--- II. Este evento, promovido pela Freguesia de Alcanede, baseia-se na exposição das entidades empresariais da zona Norte do Concelho;-----

--- III. Trata-se de uma área territorial de incontornável importância para a economia local, deste e dos concelhos vizinhos a Norte, bem como de notável importância nacional, nomeadamente devido ao setor da extração de recursos minerais da Serra de Aire e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

Candeeiros (encontram-se cerca de seiscentas pedreiras ativas);-----

--- IV. Este setor de atividade económica apresentou em dois mil e treze um volume de negócios e exportação de cerca de trezentos e quarenta milhões de euros e tem vindo a apresentar uma tendência de subida no que respeita às exportações para países como a França, China e Arábia Saudita; -----

--- V. Para além do setor da pedra existem outras indústrias de grande relevo na zona, no âmbito de curtumes, equipamentos de frio e de hotelaria, mobiliário e colchões, processamento de carnes, metalomecânica pesada de apoio à indústria extrativa, com um volume de negócios anual na ordem dos cento e vinte milhões de euros;-----

--- VI. Face aos valores expostos, não existe dúvida que a atividade destas empresas é essencial para a sustentabilidade económica e desenvolvimento local do Concelho de Santarém e, em consequência, para a melhoria das condições de vida da sua população;-

--- VII. Trata-se de um evento único no Concelho, em que o desafio é o de potenciar a notoriedade, a promoção, a divulgação, as vendas, os intercâmbios e as oportunidades de negócio, eixos que visam contribuir para estimular a vida das empresas locais, com consequências na atividade económica ao nível Municipal; -----

--- VIII. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.-----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária de vinte e seis de agosto de dois mil e dezanove, tomada por unanimidade, tenho a honra de propor a essa Assembleia a concessão de apoio financeiro à freguesia de Alcanede, mediante a atribuição de um subsídio no valor de vinte mil euros para apoio na organização do evento **ExpoAlcanede dois mil e dezanove**, ao abrigo das alíneas o) e ff) do número um do artigo trinta e três do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, em articulação com o disposto na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do mesmo diploma.”-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Alcanede para**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

organização da ExpoAlcanede dois mil e dezanove, nos termos alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PUNTO DEZ – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANAS DO CONCELHO DE SANTARÉM.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quarenta e oito/dois mil e dezanove: ----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezassete de setembro, tomada por maioria, com cinco votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD - Partido Social Democrata e quatro abstenções dos Vereadores do PS - Partido Socialista, cabe-me propor à Exma. Assembleia, no sentido de: -----

--- Um - Aprovar o projeto de delimitação das vinte e uma Áreas de Reabilitação Urbana para o Concelho de Santarém (anexos), nos termos da alínea a) do número um do artigo sétimo e do número um do artigo treze do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na sua atual redação; -----

--- Dois - Definir, nos termos do artigo catorze do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na sua atual redação, a atribuição dos seguintes benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património:-----

--- a) Isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos, no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente; -----

--- b) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição; --

--- c) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente”.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** solicitou à senhora **Arquiteta Catarina Pires** para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

fazer uma breve apresentação desta proposta que começou por referir que o processo de reabilitação urbana tem várias etapas sendo que a primeira é a delimitação das áreas urbanas. Esta delimitação é vinculativa por três anos, subseqüentemente terá de ser feita uma operação de reabilitação urbana vinculativa por quinze anos, sendo que todas elas têm de ser aprovadas por esta Assembleia. -----

--- Salientou que este processo foi desenvolvido com base nos perímetros urbanos do PDM aprovado em mil novecentos e noventa e cinco, referindo que aquilo que se pretende é reforçar a identidade de cada território potenciar todo o desenvolvimento económico que estas ARUs podem vir a demonstrar, reabilitar todos os edifícios degradados existentes e torna-los energeticamente sustentáveis, requalificar os espaços verdes e criar projetos ancoras. -----

--- O senhor **Francisco Madeira Lopes** considerou que a regeneração urbana tem de ser o paradigma no que diz respeito à edificação e à recuperação dos imóveis para garantir o direito à habitação. -----

--- Este regime jurídico prevê a delimitação das ARUs que deve assentar numa estratégia e numa intervenção de poder público, designadamente no que diz respeito à reabilitação dos espaços públicos, dos equipamentos e das infraestruturas nas áreas abrangidas. Não basta transformar este documento num mecanismo de isenção fiscal, destacando que as estratégias para implementar essa reabilitação não estão plasmadas na proposta. -----

--- Levantou algumas dúvidas se com esta opção não estão a ser criadas situações de desigualdade material em relação a pessoas que vão ter acesso ao benefício. -----

--- O senhor **Paulo Chora** levantou dúvidas se o processo em apreço não vai entrar em choque com o novo PDM e se estas áreas não terão de ser redefinidas. -----

--- Questionou se não deveria ter sido feita uma consulta aos órgãos das respetivas freguesias para verificar se tinham alterações ligeiras aos limites fixados há mais de vinte anos. Por outro lado, a delimitação destas zonas vai criar um conjunto de benefícios para os proprietários que pretendam reabilitar o seu património, perguntando se não se deveria criar também as condições necessárias para majorar as taxas de IMI respeitantes aos imóveis degradados ou devolutos incentivando os proprietários a reabilitar esses mesmos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

imóveis.-----

--- O senhor **Manuel Afonso** considerou que, no seu entender, este incentivo à reabilitação urbana tem como objetivo fixar pessoas e proporcionar uma melhoria da qualidade de vida, esperando que este processo obtenha os resultados desejados.-----

--- O senhor **Francisco Mendes** questionou se as ARUs têm de estar definidas dentro de perímetros urbanos, tendo a senhora **Arquiteta Catarina Pires** prontamente informado que não tem de ser perímetros urbanos.-----

--- O senhor **Francisco Mendes** prosseguiu, salientando que não entende porque razão as ARUs foram delimitadas com base em perímetros urbanos definidos em mil novecentos e noventa e cinco, quando se sabe que muitos deles, há data, já não estavam devidamente marcados, assim como também não entende o critério de deixar de fora as freguesias de Achete e São Vicente do Paúl, quando existem lugares como, por exemplo, a Fonte da Pedra, que fazia sentido ter uma área de reabilitação urbana. Perguntou se existe alguma imposição legal que imponha que este trabalho tenha de ser feito nesta fase tendo em conta que a revisão do PDM vai estar concluída no início do próximo ano.-----

--- O senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, enalteceu o executivo pela apresentação do documento em apreço, que contempla um conjunto de medidas que irá ajudar ao repovoamento do concelho de Santarém. Contudo, em relação a Almoester ficaram a faltar três lugares, designadamente o Casal da Charneca, Albergaria e Vila Nova do Coito.-----

--- O senhor **Miguel Ângelo Tomás**, Presidente da União de Freguesias de Casével e Vaqueiros, louvou o executivo da Câmara Municipal de Santarém pela iniciativa de criar também nas freguesias áreas de reabilitação urbana, enaltecendo o trabalho dos técnicos da Câmara neste processo.-----

--- Salientou que os incentivos fiscais são um importante contributo para o sucesso desta medida para as freguesias rurais onde o principal problema é a desertificação, destacando que, hoje, na sua União de Freguesia três em cada quatro habitantes tem mais de sessenta e cinco anos, tendo perdido cerca de dez por cento da população entre os censos de dois mil e um e dois mil e onze.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- O atual PDM encontra-se totalmente desfasado da realidade de Vaqueiros e Casével, discordando que se queira implementar critério transversal às dezoito freguesias do concelho, o que na sua opinião é impossível, a extinta freguesia de Casével não deve ser prejudicada porque os aglomerados existentes não cumprem todos os requisitos necessários. Existem duas situações que urge resolver que se prendem com os aglomerados de Alqueidão e Ribeira da Pipa e dos Casais Novos, salientando que todas as semanas é confrontado com situações de jovens que querem construir na sua terra e não conseguem, acabando por procurar os centros urbanos mais próximos. -----

--- Destacou que a constante perda de população tem levado à consequente perda de serviços, apelando a todos os interlocutores com responsabilidade política que tragam para a agenda política esta temática da desertificação, considerando que seria um sinal positivo a inclusão de medidas no próximo orçamento da Câmara que mitigassem e combatessem o abandono do mundo rural e a sua desertificação.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** agradeceu o trabalho realizado pela senhora Arquiteta Catarina Pires nesta matéria, sublinhando que a revisão do PDM tem de estar concluída até junho de dois mil vinte. Contudo, não será o PDM ideal para todos, mas irá resolver cerca de oitenta por cento dos problemas, sendo intenção do executivo iniciar uma nova revisão do PDM assim que esta esteja aprovada. -----

--- Referiu que a apresentação da delimitação das ARUs com este critério foi no sentido de abranger o maior número de habitações possíveis, destacando que o Município de Santarém foi dos primeiros a trabalhar naquilo que é o Plano Municipal de Habitação, sendo que até dois mil e vinte cinco tem de haver cinco por cento de habitações sociais.-

--- Salientou que a partir da publicação das ARUs em Diário da República todas as famílias que tiverem habitações para recuperar dentro destas áreas poderão fazê-lo beneficiando destes incentivos. -----

--- Disse concordar com o agravamento do IMI em relação aos imóveis degradados, todavia, do ponto de vista burocrático tem de ter uma autorização da Autoridade Tributária para isso.-----

--- Aludiu que esta proposta visa a fixação de pessoas nas freguesias rurais, sublinhando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

que o critério foi aquele que oferecia uma maior oferta. -----

--- Depois o senhor **Carlos Reis** quis saber se as delimitações estão compatíveis com a revisão do PDM em curso e se vão ser produzidos regulamentos onde estejam previstos outros incentivos para a reabilitação urbana, nomeadamente apoio técnico e linhas de crédito bonificadas. -----

--- O senhor **Carlos Nestal** perguntou se as ARUs não têm que estar definidas em perímetros urbanos e se já estão definidas as áreas urbanas no novo PDM não seria mais profícuo contemplar as referidas ARUs de acordo com o novo PDM. -----

--- O senhor **Paulo Chora** referiu que não foi dada resposta à questão relativa à participação e consulta dos órgãos de freguesia. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** clarificou em relação às linhas de crédito o executivo teve a oportunidade de colocar junto de algumas entidades bancárias as linhas IFRRU.--

--- Referiu que as novas áreas não estão aprovadas pelo que se podia estar a delimitar ARUs e informou que as populações não foram consultadas para não criar falsas expectativas. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbanas do Concelho de Santarém**, nos termos da alínea h) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo catorze do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- Pelo senhor **Paulo Chora** foi efetuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Com a aprovação destas medidas cabe agora ao executivo divulgá-la juntos dos munícipes podendo fazê-lo através de um folheto juntamente com o recibo da água”.----

--- **PONTO ONZE – PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS**. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quarenta/dois mil e dezanove:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de um de agosto de dois mil e dezanove, tomada por unanimidade, nos termos da alínea i) do número um do artigo vinte e cinco,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

conjugado com a alínea c) do número um do artigo trinta e três, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cabe-me propor à Exma. Assembleia que autorize a Câmara Municipal de Santarém a proceder à alienação em hasta pública de imóveis municipais, bem como aprove o respetivo programa de procedimentos que se anexa”.-----

--- O senhor **Carlos Nestal** referiu a degradação dos imóveis do centro histórico da Santarém, Ribeira de Santarém e Alfange, considerando que o Município de Santarém não é o melhor exemplo, perguntando qual a estratégia para requalificar os referidos centros históricos.-----

--- O senhor **Nuno Russo** sublinhou o que foi dito pelo anterior orador, considerando que o Município dá um mau exemplo a todos os proprietários privados, não só pela falta de conservação dos seus imóveis como resultando na sua desvalorização até à sua alienação.

--- O senhor **Francisco Madeira Lopes** perguntou como é que estes imóveis entraram para o património da autarquia e se já tiveram em hasta pública anteriormente.-----

--- Questionou quando é que foi vendido o imóvel do depósito da JAE na Avenida António Maria Batista e qual o valor da venda e da sua aquisição.-----

--- O senhor **Paulo Chora** referiu que a última hasta publica relativa a estes imóveis ficou deserta, perguntando se não haverá uma outra forma mais expedita de colocar estes imóveis no mercado.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** realçou que em termos orçamentais a venda de património tem uma estimativa de sessenta/setenta mil euros. -----

--- Aludiu que o bairro de Alfange irá ter uma intervenção de um vírgula dois milhões de euros, no âmbito do PDU, salientando que existem mecanismos para intervir no centro histórico.-----

--- Sublinhou que concorda com o agravamento do IMI, no entanto a tramitação dentro da Autoridade Tributária não é fácil.-----

--- Disse que não tem informação sobre os valores da aquisição e da venda do imóvel da ex-JAE, adiantando que alguns destes imóveis já foram a hasta pública.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- Referiu que se não for possível a alienação destes imóveis através de hasta pública terá de ser equacionada a requalificação desses imóveis.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Hasta Pública para Alienação de Imóveis Municipais**, nos termos da alínea i) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO DOZE – PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – MERCADO MUNICIPAL – INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS NA CASA DO CAMPINO**.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quarenta e quatro/dois mil e dezanove: -

--- “Em cumprimento da deliberação camarária, tomada por unanimidade em vinte e seis de agosto de dois mil e dezanove, tenho a honra de propor a essa Assembleia que, nos termos da alínea c) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea d) do artigo quinze e do número dois do artigo dezasseis ambos da Lei número setenta e três/dois mil e treze de três de setembro, delibere aprovar a proposta de isenção do pagamento de taxas aos vendedores, que se instalaram, ou que venham a instalar-se, nas instalações provisórias na Casa do Campino, para a realização do mercado diário, no período que medeia o início das obras de requalificação do Mercado Municipal (um de agosto de dois mil e dezanove) e o término das mesmas, em conformidade com o Memorando do Mercado Municipal, celebrado em vinte e sete de junho de dois mil e dezanove”.-----

--- O senhor **Nuno Russo** questionou qual o balanço efetuado neste período de tempo que os comerciantes do mercado estão instalados na Casa do Campino, comparativamente com a anterior situação existente, assim com a situação encontrada para o período do Festival de Gastronomia.-----

--- O senhor **Paulo Chora** corroborou o que foi dito pelo anterior orador, considerando que deve ser dada preferência a estes comerciantes para o futuro mercado municipal.----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que esta ainda não será a melhor altura para fazer um balanço, no entanto, tem acompanhado a situação tendo verificado alguma afluência de pessoas.-----

--- Informou que durante o Festival de Gastronomia irá ser montada uma tenda para acolher os comerciantes do mercado, sendo que durante as festas da cidade não necessitam de sair do seu espaço.-----

--- Esclareceu que todos os comerciantes que estão na Casa do Campino têm enquadramento no novo mercado e são poucos para as bancas existentes. Quando à dinamização das lojas a entidade que ganhar tem de gerir o espaço de modo a que este seja vivido e dinâmico para a cidade.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Isenção do Pagamento de Taxas – Mercado Municipal – Instalações Provisórias na Casa do Campino**, nos termos da alínea c) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea d) do artigo quinze e do número dois do artigo dezasseis ambos da Lei número setenta e três/dois mil e treze de três de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO TREZE – PROPOSTA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO NO TROÇO ENTRE CASAIS DA ESTRADA/ESTRADA NACIONAL TRÊS (TORRE DO BISPO)**.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quarenta e dois/dois mil e dezanove: ----

--- “Considerando que: -----

--- I – É intenção da União das freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém intervir na Estrada Municipal quinhentos e oitenta e quatro no troço entre Casais da Estrada/Estrada Nacional três (Torre do Bispo), procedendo à sua beneficiação e alcatroamento, situação reclamada pelos seus moradores e fregueses; -----

--- II – A Estrada Municipal quinhentos e oitenta e quatro já está secundarizada por outras estradas que ligam a Estrada Nacional três, às localidades da Freguesia, incluindo a sede de freguesia, sendo que o troço em questão é usado maioritariamente pelo trânsito local, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

serve, principalmente, para acesso às habitações e terrenos sitos nas localidades de Casais da Estrada, Capa rota e Casais de Alcaidaria;-----

--- III – Em vinte e oito de junho de dois mil e dezanove foi aprovada pelo executivo da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém uma proposta a ser apresentada à sua Assembleia de Freguesia, no sentido de emissão de parecer favorável à desclassificação da Estrada Municipal quinhentos e oitenta e quatro, no troço Casais da Estrada/Estrada Nacional três (Torre do Bispo); -----

--- IV – A vinte e oito de junho de dois mil e dezanove a referida proposta foi aprovada pela Assembleia da União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém;

--- V – Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;-----

--- VI – Apesar da sua autonomia institucional, as freguesias e os municípios, atendendo que coincidem no mesmo território, assumem uma complementaridade funcional relativamente à prossecução dos interesses próprios das suas populações;-----

--- VII – De acordo com a alínea ff) do número um do artigo dezasseis da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, compete à junta de freguesia proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais; -----

--- VIII – Pela fundamentação apresentada pela União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, o troço em questão deixou de estar impulsionado, uma vez que outras estradas permitem a ligação entre a Estrada Nacional três, em Torre do Bispo, e as localidades da União de Freguesias, incluindo a sede da mesma; -----

--- IX – Afigurando-se que o troço em causa serve meramente interesses secundários e locais, não se mostrando essencial à ligação entre as localidades da União de Freguesias, entre si, e a sede da mesma, bem como à Estrada Nacional três que permite a ligação à Sede de Concelho, sendo que apenas permite o acesso aos imóveis rurais e parcas habitações localizadas na zona; -----

--- X – Face a tal situação, considera-se passível de ser desclassificado o troço em causa, no sentido de o considerar e classificar como caminho vicinal, ficando a cargo da Junta de Freguesia a sua manutenção e conservação; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

--- XI – A referida desclassificação integra o âmbito das atribuições do Município de Santarém, sendo competente para o efeito a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.-----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária de vinte e seis de agosto de dois mil e dezanove, tomada por unanimidade, tenho a honra de, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do número um do artigo trinta e três do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, **propor a essa Assembleia** que delibere desclassificar a Estrada Municipal quinhentos e oitenta e quatro no troço entre Casais da Estrada/Estrada Nacional três (Torre do Bispo) ao abrigo da sua competência prevista na alínea k) do número dois do artigo vinte e cinco do mesmo diploma”.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de desclassificação da Estrada Municipal quinhentos e oitenta e quatro no troço entre Casais da Estrada/Estrada Nacional três (Torre do Bispo)**, nos termos da alínea k) do número dois do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea d) do artigo quinze e do número dois do artigo dezasseis ambos da Lei número setenta e três/dois mil e treze de três de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- PUNTO CATORZE – RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO CANIL / GATIL.-----

--- Pelo Grupo de Trabalho Canil/Gatil foi apresentado o seguinte relatório:-----

--- “1. *Âmbito*-----

--- 1.1 - O Grupo de Trabalho sobre o Canil-Gatil, adiante designado por Grupo de Trabalho, foi criado por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santarém, Joaquim Neto, no âmbito da conferência de líderes da mesma, após uma proposta verbal para que se realizasse uma Sessão Temática, numa Assembleia Municipal Extraordinária para tratar a condição dos animais errantes, abandonados e de companhia.

--- 2. *Objetivo*-----

--- 2.1 - O objetivo deste Grupo de Trabalho é o de avaliar a condição animal nomeadamente a forma como no município estão a ser aplicadas as recentes alterações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

legislativas produzidas e a forma como se reproduziram nos agentes responsáveis por esta área, quer dentro do Município: forças da ordem (GNR e PSP), associações e cidadãos organizados ou individuais, bem como as alterações de comportamentos dos cidadãos que identificando-se com a causa da proteção animal dedicam parte dos seus esforços como agentes ativos da causa. -----

--- Tendo em vista a possibilidade de realização de uma Assembleia extraordinária e, perante a forma como decorreram os trabalhos, o Grupo de Trabalho pretendeu, em primeiro lugar, auscultar os agentes em causa, conhecer as funções de cada um, as suas dificuldades, e ouvir as suas sugestões e, entretanto, encontrar um conjunto de recomendações a sugerir à Câmara Municipal e/ou outros organismos. -----

--- 2.2 - O grupo de trabalho é constituído pelos seguintes membros: -----

--- Francisco Madeira Lopes, CDU -----

--- Luísa Barbosa, PS -----

--- Patrícia Fonseca, CDS-PP -----

--- Paulo Chora, BE -----

--- Pedro Branco, PPD/PSD -----

--- Ricardo Costa, GCE -----

--- 2.3 – Na primeira reunião criou-se, desde logo, um consenso para a designação de Luísa Teixeira Barbosa para a coordenação do Grupo de Trabalho e Paulo Chora para seu relator.

3. Ações do Grupo de Trabalho -----

--- 3.1 - Para atingir os seus objetivos e conseguir retirar as necessárias conclusões concretizamos as seguintes ações: -----

- Ouvir o Vereador da Câmara Municipal de Santarém responsável pelo Pelouro do Canil-Gatil. -----
- Ouvir os responsáveis das forças policiais com responsabilidade pela fiscalização e ações relacionadas com os animais errantes, abandonados e de companhia: a PSP e a GNR. -----
- Ouvir a Veterinária Municipal. -----
- Ouvir as Associações de cidadãos com atividade na proteção do bem-estar animal,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

bem como os grupos informais de cuidadores de animais de rua: ASPA, PRAVI e Santarém Abriga. -----

- Visitar o Canil/Gatil Municipal e o Canil/Gatil da ASPA que se encontra em espaço camarário. -----

--- 4. *Resumo das ações realizadas* -----

--- 4.1 Em reunião com o Vereador Ricardo Rato, e após dar a conhecer as respostas do senhor vereador às questões colocadas anteriormente por escrito, este acrescentou alguns novos desenvolvimentos e do diálogo ficamos a saber: -----

--- 4.1.1 O número de cães no CROAS excedia em vinte por cento a lotação oficial do mesmo e, referindo-se ao Gatil existiam três vezes mais do que a lotação oficial; no entanto, a Autarquia e os responsáveis pelo seu funcionamento tentam, por todos os meios, garantir a todos os animais as melhores condições de habitabilidade, nomeadamente tendo introduzindo já sete novas boxes para cães e adaptando uma sala de arrumos a um novo Gatil. -----

--- 4.1.2 Foi-nos informado que o quadro de trabalhadores do CROAS tinha sido reforçado com um funcionário, no entanto considerou que os recursos humanos continuam a ser insuficientes, visto que o quadro de pessoal tem elevada estrutura etária, o que torna indispensável o trabalho prestado por voluntários que organizam o seu tempo pela causa e pela defesa do bem-estar animal e, ao mesmo tempo ajudar a Câmara nesta missão. ----

--- 4.1.3 A veterinária municipal assegura o tratamento dos animais errantes vítimas de acidentes, não o podendo fazer à noite e aos fins-de-semana, pois não se enquadra no regime de contratação com a CMS e pode constituir um risco a sua circulação na cidade. Nestes períodos de tempo, os animais errantes, ou apanhados por acidentes, não têm qualquer possibilidade de apoio a não ser pelos voluntários. -----

--- 4.1.4 O mecanismo criado pela DGAV, por via de portarias com vista à Captura, Esterilização e Devolução de animais de rua está a ser aproveitado pelo município, em colaboração estreita com as associações de proteção animal e com as cuidadoras comunitárias, quer no final de dois mil e dezoito, quer no ano que decorre agora ao abrigo da nova portaria de dois mil e dezanove. A execução das esterilizações é da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

responsabilidade da Veterinária Municipal, todavia por ausência de capacidade de resposta da Autarquia face ao elevado número de animais a esterilizar foram estabelecidos protocolos com diversos veterinários da cidade.-----

--- 4.1.5 Durante o ano de dois mil e dezoito, apenas foi eutanasiado um animal no Canil Municipal para colocar fim ao seu sofrimento. -----

--- 4.1.6 Durante os primeiros onze meses de dois mil e dezoito foram adotados trezentos e vinte e cinco cães e sessenta e seis gatos oriundos do CROAS e do Canil-Gatil da ASPA que, por se localizarem em espaço contíguo, colaboram com muita intensidade nesta situação. -----

--- 4.1.7 Está prevista para dois mil e vinte a instalação, nesta mesma área, do CROAS intermunicipal da Lezíria do Tejo, prevendo-se o alargar desta rede de colaboração. Este assunto está por esclarecer visto que mais tarde nos foi dito que o canil intermunicipal se instalará na Chamusca. -----

--- 4.1.8 O conjunto de perguntas colocadas pela coordenadora do Grupo de Trabalho, em duas fases diferentes, e as respostas dadas pelo vereador constam do anexo I e II deste relatório. -----

--- 4.2 Na reunião com as autoridades policiais participaram: o Major Pedro Miguel Reis, Comandante Territorial de Santarém do SEPNA da GNR e o Subintendente Rui Jorge Tomás, Comandante da Divisão de Santarém da PSP. -----

--- 4.2.1 A GNR está a concretizar as necessárias adaptações do seu funcionamento relativamente à Lei vinte e sete/dois mil e dezassete que lhes confere competências na "fiscalização do cumprimento da lei, receber e encaminhar denúncias", detetar e combater situações de maus-tratos a animais errantes e de companhia, ou outras perigosas para o ser humano, "e acionar as entidades com responsabilidades de intervenção". A legislação, direitos e deveres dos donos dos animais, o estatuto jurídico dos animais, as raças de animais perigosos, a existência de uma base de dados na Junta de freguesia, as condições de detenção de animais em perigo, as competências e ação da GNR-SEPNA, e outras informações neste âmbito, encontram-se em anexo III. -----

--- 4.2.2 Para o responsável da GNR muitos dos problemas registados pelas suas forças

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

são devidos à existência de descendentes de animais errantes que percorrem quilômetros, ultrapassando os limites territoriais de um concelho ou distrito, e se podem agrupar em matilhas, sobre as quais é muito difícil atuar, pelo que aplicação das medidas de esterilização e castração e chipagem previstas serão um fator fundamental para a redução das colônias errantes, abandonos e acidentes.-----

--- 4.2.3 São vários os autos levantados pela GNR por ausência de vacinas e licenças em animais domésticos, pois os deveres dos donos não são cumpridos. -----

--- 4.2.4 O comandante da GNR referiu a falta de meios humanos, equipamentos e de articulação entre instituições, as questões mais graves que boqueiam a concretização das suas funções e a aplicação do grande conhecimento que detêm os seus homens.-----

4.2.5 O responsável da PSP corrobora as informações prestadas por parte da GNR, acrescentando que a PSP não possui qualquer estrutura para proteção de um animal vítima de maus-tratos ou um animal errante vítima de acidente, não existindo contato com o veterinário municipal fora das horas de expediente. É muitas vezes um qualquer cidadão voluntário que assegura o tratamento a essa vítima e a remoção para o Canil municipal quando da sua reabertura. -----

--- 4.2.6 A falta de disponibilidade do Veterinário Municipal vinte e quatro horas por dia impede a utilização de algum do equipamento disponibilizado ao núcleo de proteção ambiental da PSP, uma vez que a sua utilização prevê a supervisão de um Médico Veterinário.-----

--- 4.2.7 Existe uma estrutura de acompanhamento e monitorização de animais selvagens, não sendo demais reforçar a capacidade de resposta aos animais em abandono, nomeadamente com o estabelecimento de parcerias entre o Município as forças de segurança, as associações protetoras e outras entidades com deveres nesta matéria.-----

--- 4.2.8 A GNR também corroborou os dados fornecidos pela PSP, acrescentando as forças policiais que têm toda a disponibilidade para de forma articulada com o município, poder utilizar os seus recursos na formação especializada na formação e no treino de animais, nomeadamente das raças perigosas e a possibilidade de treinar os próprios animais. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

--- 4.2.9 Foi ainda referido tanto a PSP como a GNR que, são muitas as Câmaras Municipais que estão a trabalhar nas políticas de adoção de animais e que existem nas forças policiais, conhecimento e formas de apoiar e desenvolver treinamento de animais em conjunto com as pessoas adotantes. Entretanto acrescentaram que não há condições, mesmo que por poucas horas, para acolher animais acidentados, mortos em acidentes, ou abandonados, nas respetivas instalações, por não poder existir qualquer contacto entre os cães policiais da GNR ou da PSP e animais de rua, por razões de saúde animal.-----

--- 4.3 Na reunião com o grupo informal de cuidadoras comunitárias Santarém Abriga, participaram Ana Clara Luís, Graça Isabel, Isabel Cordeiro e Rosa Oliveira; -----

--- 4.3.1 O grupo de cuidadoras Santarém Abriga é uma estrutura informal que reúne um conjunto de cuidadoras de colónias de gatos de rua. Tentando fornecer alimento, tratamento veterinário e abrigo, ou seja, todos os cuidados mínimos de bem-estar animal, sem, no entanto, preverem a possibilidade de serem adotantes; também participam organizadamente em ações de sensibilização, e na articulação de apoios com outras entidades.-----

--- 4.3.2 Estas cuidadoras de rua participam em grupo de interajuda, e sob a coordenação da Câmara Municipal, na campanha de esterilização dos gatos que são acompanhados por estas. -----

--- 4.3.3 Segundo estas, é necessário seguir as boas práticas adotadas por outros municípios, onde as cuidadoras de rua em colaboração com estruturas dos municípios ou das freguesias são protegidas; com poucos recursos são construídos e autorizados a colocação de abrigos, para os quais se estudam as devidas localizações, no sentido de proteger as colónias de que cada umas das cuidadoras apoia. -----

--- 4.3.4. Acrescentaram que seria necessário não esquecer a importância da intervenção da Câmara Municipal ou Junta de Freguesia através de divulgação, sensibilização dos munícipes e a atualização dos seus regulamentos de acordo com a lei, de forma a evitar os conflitos e divergências na forma de tratamento de animais, que por vezes existem, entre as cuidadoras de rua e outros munícipes. -----

--- 4.3.5 Santarém Abriga forneceu um documento de informação da sua atividade que vai

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

constituir o anexo IV deste relatório. -----

--- 4.4 Reunião com a PRAVI – Santarém representada por Maria João Arrais. -----

--- 4.4.1 O núcleo de Santarém da PRAVI funciona sem qualquer apoio estatal ou municipal, realizando campanhas de adoção especialmente de gatos e de recolha de alimentos com apoio das grandes superfícies comerciais da cidade.-----

--- 4.4.2 Com apoio de fundos próprios, colaboração de veterinários e pessoas voluntárias realizaram em dois mil e dezoito cerca de quatrocentos esterilizações. -----

--- 4.4.3 Realizam ações de sensibilização para adotantes, com a colaboração de amigos da associação, que disponibilizaram um terreno onde se encontram cerca de cinquenta gatos e doze cães, onde são gastas elevadas somas em tratamento veterinário para evitar a propagação de doenças e cuidar dos gatos recém-nascidos que geralmente são afetados por várias doenças.-----

--- 4.4.4. A coordenadora da PRAVI alertou para a necessidade do Gatil ter as condições mínimas.-----

--- 4.5. Da reunião tida com a Veterinária Municipal, Dra. Margarete Cruz, ficou clara a dificuldade no cumprimento das suas tarefas dado que, por acordo entre a CMS e a DGAV, acumula a responsabilidade de inspetora sanitária no Matadouro Municipal e de veterinária Municipal no Canil-Gatil. -----

--- 4.5.1 Na sua perspetiva é necessária a realização de ações de sensibilização para evitar o abandono, para a necessidade de esclarecer as necessidades de um animal quando é adotado, para a necessidade de registar todos os animais domésticos e de companhia na respetiva Junta de Freguesia. -----

--- 4.5.2 É igualmente necessário, a nível nacional, empreender um único sistema digital de chipagem (hoje existem dois sistemas), de forma a que os veterinários tenham acesso e exista um controle efetivo da vacinação e dos dados do animal. Tal incongruência da existência de dois sistemas já tinha sido colocada pela GNR. -----

--- 4.5.3 Alertou ainda para a ausência de responsabilização hierárquica sobre os trabalhadores do Canil-Gatil; estes trabalhadores têm pouca experiência e sensibilidade para o tratamento com animais e, na sua idade estão à espera da aposentação e não se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

- sentem capacitados para desempenhar com qualidade as suas tarefas e funções.-----
- 4.5.4 Do seu ponto de vista, há ainda necessidade de maior envolvimento e articulação entre todas as entidades com deveres e com sensibilidade para o dia a dia de funcionamento do Canil-Gatil.-----
- 4.5.5. Reforçou a sua preocupação, considerando ainda que a construção, por si só, do CROS intermunicipal, sem uma estrutura organizacional e de gestão, com recursos humanos e físicos próprios, não seria a solução dos problemas já existentes.-----
- 4.6 Visita ao Canil-Gatil municipal e reunião com Pedro Pinto, presidente da ASPA.
- 4.6.1 O representante do Vereador, Tiago Vitorino, deu conta da evolução do Canil-Gatil Municipal com a compra de sete novas boxes de qualidade, por um valor considerado acessível e a adaptação de uma sala de arrumos para Gatil Municipal. -----
- 4.6.2 Foram verificados os esforços de gestão conjunta da estrutura municipal e dos voluntários do Canil-Gatil da ASPA e que, no fundamental, resultam em melhorias das condições dos espaços existentes. Tendo sido constatada a sobrelotação dos espaços e a capacidade imaginativa de os transformar em zonas onde os gatos e os cães possam viver com um pouco mais de conforto. -----
- 4.6.3 Necessidade urgente de resolver o problema da lagoa de decantação existente no local, junto ao Canil que promove a existência de mosquitos e insetos que produzem doenças nos animais, com a rápida construção da infraestrutura necessária à condução das águas residuais para a respetiva estação de tratamento. -----
- 4.6.4 Comprovamos no local, o esforço da ASPA e do Município para o alargamento da capacidade utilização do espaço por mais animais, com a construção de mais boxes em alvenaria no canil e a recente adaptação de espaços a gatil da ASPA. -----
- 4.6.5 De realçar a fundamental importância para a forma como é indispensável ao funcionamento dos espaços e às condições de vida dos animais residentes do esforço diariamente aplicado por voluntários no terreno. Tendo, no entanto, revelado que a higienização do espaço era deficitária e deveria ser feita com muito maior regularidade. A falta de recursos humanos foi também apontada como causa dessa falta. -----
- 4.6.6 Verificou-se a necessidade de intensificar o alargamento da rede de voluntários,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

no sentido de promover a adoção e o reforço de todo o conjunto de ações de sensibilização junto das populações para evitar abandonos, melhorar o relacionamento dos homens, mulheres e crianças com os animais domésticos e de companhia. -----

--- 5. Conclusões – RECOMENDAÇÕES -----

--- O Grupo de Trabalho considera de momento e perante o desenvolvimento das recomendações abaixo apresentadas à Câmara Municipal, à CIMLT e Mesa da Assembleia Municipal, não ser necessário realizar uma Assembleia Extraordinária sobre a condição animal. -----

--- 5.1 Nesta perspetiva o Grupo de Trabalho propõe as seguintes recomendações á CMS:

--- 5.1.1 Reforçar as ações de informação e sensibilização sobre os aspetos a ter em conta pelos donos de um animal doméstico e de companhia, nomeadamente relacionadas com o seu devido registo, licenciamento e chipagem. -----

--- 5.1.2 Promover, em parceria com a PSP e a GNR, a realização de ações de formação nas Escolas, nas Juntas de Freguesia, nas Associações, em especial nas de moradores, que habilitem os munícipes a serem bons cuidadores dos seus animais de companhia, de forma a evitar o abandono, os maus-tratos e demais problemáticas. -----

--- 5.1.3 Reforçar as visitas da população ao CROAS, fundamentalmente de crianças e jovens, incentivando a alteração de mentalidades e comportamentos, despertando a sensibilidade de cada um para a causa animal e promovendo uma maior participação voluntária. -----

--- 5.1.4 Solicitar a colaboração das juntas de freguesia no sentido de conhecer os problemas atuais, relacionados com o abandono de animais e de gatos silvestres, nas diversas freguesias, tentando uma articulação de esforços que contribuam para a resolução desses problemas. -----

--- 5.1.5 Reforçar os recursos humanos afetos ao Canil-Gatil, assegurando um eficaz tratamento dos animais, das instalações e a promoção da adoção. Neste recrutamento, há que ter em atenção o perfil, sensibilidade e conhecimentos adequados, devendo recorrer-se preferencialmente à mobilidade interna, encontrando junto dos trabalhadores do Município aqueles que se disponibilizem para executarem a sua atividade profissional no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

- CROAS. -----
- 5.1.6 Clarificação das funções adstritas aos Veterinários do Município, com vista à eficiente gestão veterinário-sanitária do CROAS. -----
 - 5.1.7 Aumentar a capacidade de recolha de animais abandonados por via da ampliação do Canil-Gatil Municipal, bem como de outros das associações de proteção que o Município apoia. -----
 - 5.1.8 Promover a alteração dos Regulamentos Municipais, de acordo com a legislação que se tem produzido, de forma a autorizarem locais de colocação de abrigos para gatos bravios, para que os cuidadores informais possam aí colocar a alimentação e vigiar as colónias que conhecem, cumprindo os deveres de manter limpos e adequados esses locais.
 - 5.1.9 Continuação da concretização e divulgação de um Programa CED, de acordo com legislação, e sua devida publicitação de forma a dar-se a conhecer aos cuidadores individuais, as condições em que podem realizar as esterilizações dos animais que acompanham. -----
 - 5.1.10 Possibilidade de fornecer boxes a colocar nas instalações da PSP e/ou da GNR, numa ação concertada com estes órgãos de autoridade, para alojamento temporário (noite e fins-de-semana) de animais errantes, que permita a colocação de animais em risco no período em que não seja possível transportá-los para o CROAS. -----
 - 5.1.11 Publicitação na página da CMS, dos Relatórios de Gestão anual do CROAS. – final.-----
 - 5.2 Deve ainda a Assembleia Municipal, em conjunto com a Câmara, utilizar o melhor dos seus esforços junto da CIMLT no sentido de:-----
 - 5.2.1 Promover a possibilidade de articulação de meios financeiros e humanos dos diversos municípios e das forças de segurança com responsabilidades (SEPNA-GNR e PSP), para a criação de uma rede/piquete intermunicipal constituído por: um veterinário disponível durante as vinte e quatro horas do dia, para auxiliar a ação das autoridades de segurança pública de combate ao crime por maus-tratos de animais ou no socorro de animais errantes, abandonados, doentes ou vítimas de acidentes; um carro, para assegurar o transporte desses animais, fora dos horários normais de funcionamento dos Canis-Gatis

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

municipais.

--- 5.2.2. Criação de uma única linha telefónica com reencaminhamento de chamadas, amplamente divulgada e que, durante as vinte e quatro horas do dia, receberia as denúncias de maus-tratos, bem como a denúncia de animais acidentados e/ou abandonados, com ou sem perigo para a saúde pública.-----

--- 5.2.3 Acompanhar o projeto de construção do Canil Intermunicipal, para que constitua um reforço da ação do CROAS.-----

--- Apresentadas as conclusões deste grupo de trabalho, solicitamos que a Mesa da Assembleia Municipal promova, num prazo entre os doze e os dezoito meses uma avaliação da aplicação das recomendações presentes neste Relatório.”-----

--- Foi dada a palavra à senhora **Luísa Barbosa**, Coordenadora do Grupo de Trabalho Canil/Gatil, que começou por referir que o Grupo de Trabalho Canil-Gatil iniciou o seu trabalho há cerca de um ano. Este decorreu do interesse desta Assembleia, após a proposta verbal para que se realizasse uma sessão temática da Assembleia Municipal, a propósito da condição da aplicação das leis relativas à necessidade de controlo de animais abandonados, errantes e bravios.-----

--- Foi um trabalho minucioso e com preocupações sempre acrescidas, mas de concretização feliz pela disponibilidade dos intervenientes e, pelo interesse cada vez maior das partes envolvidas. -----

--- Prosseguiu, consoante o que vem exposto no relatório, começaram por ouvir todas as entidades e autoridades envolvidas: o senhor Vereador Ricardo Rato, as Associações protetoras como a ASPA, o núcleo da PRAVI de Santarém, o grupo informal de cuidadoras Santarém Abriga, a GNR e PSP, a Veterinária Municipal, aos quais desde já agradecemos.

--- Durante este tempo, congratularam-se por verificar algumas mudanças positivas no Canil-Gatil, a saber:-----

--- Aumento do esforço das esterilizações e castrações;-----

--- Perceção da necessidade da existência de um novo veterinário municipal;-----

--- O aumento do Canil com sete novas boxes e um novo espaço cercado; -----

--- O aumento do Canil da ASPA que teve o apoio da Câmara, e que resultou numa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

- melhoria significativa para o número de animais que abrigam; -----
- Construção de um novo Gatil apesar de se verificar ter algumas deficiências que tentaram ultrapassar;-----
- Melhoria do Gatil da ASPA.-----
- Aludiu que durante este tempo, encontraram recursos humanos competentes quer nas reuniões com as autoridades quer da parte dos voluntários, capazes de, em conjunto com a Câmara, resolver algumas dificuldades encontradas. Destas relevamos algumas mais problemáticas: a lotação esgotada do Canil-Gatil que impediu a recolha de alguns animais abandonados; a dificuldade de socorrer animais acidentados após a hora de funcionamento do Canil-Gatil, noites e fins-de-semana; o aumento de abandono de animais de companhia que se intensificam sempre todos os verões ou no final do tempo de caça; o aumento do número de sacos plásticos, com pequenos animais acabados de nascer, cães ou gatos, algumas vezes ainda vivos, nos contentores do lixo, ou em outros lugares recônditos; a falta de candidaturas para aproveitamento dos dinheiros que o Estado disponibilizou para esterilizações e aumento do Centro de Recolha Oficial, dito CRO's; a existência de uma "Lagoa de Decantação" no lugar do Canil, que pode promover a leishmaniose nos animais.
- Concluiu, procedendo à leitura das conclusões e recomendações à Câmara Municipal, CIMLT e Assembleia Municipal mencionados no relatório acima transcrito. -----
- O senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, considerou que o relatório reflete o trabalho desenvolvido, contudo o mesmo apresenta um dado pelo que gostaria de ouvir o executivo se é exequível o serviço das vinte e quatro horas proposto.
- O senhor **Luís Arrais** deu os parabéns ao grupo de trabalho pelo relatório apresentado, referindo que o documento lhe suscita algumas dúvidas, pelo que gostaria de ver clarificada a questão da veterinária ter algumas dificuldades em desempenhar as suas tarefas. -----
- Referiu que se foram estabelecidos protocolos com veterinários para esterilizar animais por falta de capacidade da autarquia perguntou porque não fazer também protocolos para tratar dos animais errantes vítimas de acidentes. -----
- Questionou qual o preço de uma esterilização de um animal nos serviços veterinários

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

municipais e onde vai ser o CROAS Intermunicipal. -----

--- Agradeceu às diferentes entidades formais e informais que se vão substituindo a todos nós nos cuidados dos animais.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a recomendação para a criação da linha vinte e quatro horas é para ser implementada no âmbito da CIMLT. -----

--- O senhor **Paulo Chora** salientou que com este trabalho ficou mais enriquecido sobre esta matéria, referindo que as sugestões plasmadas no relatório foram aquelas que obtiveram consenso por parte do grupo de trabalho. -----

--- Sublinhou em relação à linha vinte e quatro horas que a criação da mesma vem no seguimento das sugestões apresentadas pelas autoridades, sendo que este serviço seria feito no âmbito da CIMLT que é composta por onze municípios em que haveria sempre a possibilidade de um estar de prevenção pelo que os seus benefícios seriam muito maiores que os custos. -----

--- O senhor **Francisco Madeira Lopes** considerou que com a aprovação deste relatório o município ficará duplamente responsabilizado em encetar um caminho para resolução dos problemas que afetam os animais. -----

--- Salientou que ele próprio levantou algumas dúvidas relativamente à linha vinte e quatro horas, mas existe aqui uma necessidade que as próprias forças de segurança também se veem incapacitadas de resolver, considerando que esta é a linha base deste relatório em que há uma necessidade de interação entre os vários intervenientes nesta matéria de modo a encontrar uma solução sustentável do ponto de vista financeiro, mas que tem de ter uma resposta permanente.-----

--- O senhor **Vereador Ricardo Rato** referiu que o centro de recolha sempre que alargado, irá ficar lotados face à procura, tendo havido uma grande cooperação com os presidentes de junta.-----

--- Aludiu que nesta altura o canil tem seis funcionários, não sendo fácil recrutar pessoas para este tipo de trabalho, adiantando que foi feito um protocolo com a Escola Superior Agrária de modo a conseguir estágios com um ou dois técnicos com esta formação.-----

--- Salientou que sem a ASPA não seria possível realizar o trabalho que está a ser efetuado,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

sendo que, inexplicavelmente, todos os dias há pedidos de recolha de animais.-----
--- Referiu que existem contactos com o Santarém Abriga para que este grupo de pessoas se tornem numa associação para facilitar a comunicação com a autarquia.-----
--- Realçou que tudo indica que o canil intermunicipal será no Cartaxo, salientando que não se está a conseguir fazer uma sensibilização junto das escolas nem a assistência durante a noite e os fins de semana.-----
--- Salientou que a linha vinte e quatro horas irá ter custos significativos que têm de ser devidamente equacionados.-----
--- Clarificou em relação aos protocolos que foi feito um contrato por um ano com vários veterinários, salientando que o serviço veterinário municipal não presta o serviço de esterilização de animais domésticos ao município, aquilo que é feito é a esterilização de animais abandonados.-----
--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o Relatório em epígrafe, tendo sido **aprovado por maioria**, com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e onze abstenções.-----
--- Foram prestadas as seguintes Declarações de Voto:-----
--- O senhor **Carlos Reis**: “O CDS-PP é um partido que se preocupa com o bem-estar animal”-----
--- **Ricardo Costa**, Presidente da União de Freguesia de S. Vicente do Paul e Vale de Figueira: “Tendo pertencido à comissão que apresentou este relatório o meu sentido de voto não poderia ser outro se não o voto favorável”.-----
--- **PONTO QUINZE – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**-----
--- Pela Câmara foi presente a proposta número cinquenta/dois mil e dezanove:-----
--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em vinte e três de setembro de dois mil e dezanove, tenho a honra de propor que essa Assembleia, nos termos do artigo cinquenta e oito do Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, delibere aprovar a proposta de **Alteração da composição e**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

substituição de representantes do Conselho Municipal de Educação, em conformidade com o exposto na informação número doze mil quinhentos e noventa e nove, de sete de agosto último, da Divisão de Educação e Juventude, que se anexa”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Alteração da composição e substituição de representantes do Conselho Municipal de Educação**, nos termos do artigo cinquenta e oito do Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- PONTO DEZASSEIS – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE PERNES – FESTIVAL DO AZEITE DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e nove/dois mil e dezanove: ---

--- “Considerando que:-----

--- I. A Junta de Freguesia de Pernes, pretende realizar no próximo mês de dezembro o Festival do Azeite dois mil e dezanove;-----

--- II. O Festival do Azeite - O Ouro do Ribatejo, está inserido na Feira de Pernes, que se realiza ininterruptamente desde mil seiscentos e sessenta e três, ou seja, há trezentos e cinquenta e seis anos.-----

--- III. O Programa prevê uma diversidade de atividades:-----

--- Um. Concurso de Azeites (produtores individuais).-----

--- Dois. Concurso de pratos confeccionados por particulares, onde o azeite seja o “rei”. -

--- Três. Jornadas Técnicas.-----

--- Quatro. Provas de Azeite.-----

--- Cinco. Diferentes variedades de oliveiras e tipos de condução.-----

--- Seis. Produção de Azeite Biológico.-----

--- Sete. Apoios Financeiros (Públicos e Privados).-----

--- Oito. Organização da Produção (Fatores de produção, apoio técnico, preparação para o mercado).-----

--- Nove. A Importância do azeite na dieta mediterrânica.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

- Dez. Visita a lagares de azeite da região (mediante marcação). -----
- Onze. Azeite versus utensílios de torneados em madeira. -----
- Doze. Mesas redondas debate. -----
- Treze. Showcooking, onde o azeite é rei. -----
- Catorze. Exposição com mostra e venda de produtos regionais e comércio local. -----
- Quinze. Zona gastronómica promovida pelas Associações da Freguesia. -----
- Dezassexis. Palco (Atuação de diversos grupos musicais). -----
- Dezassete. Espaço Criança. -----
- IV. Estarão presentes diversas entidades representativas de entidades públicas e associações regionais e nacionais relacionadas com o setor agrícola; -----
- V. Compete à Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista á realização de eventos de interesse para o município; -----
- VI. Compete à Câmara Municipal, promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- VII. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----
- Assim, dando sequência à deliberação camarária de vinte e três de setembro de dois mil e dezanove, tomada unanimidade, **tenho a honra de propor a essa Assembleia Municipal** a concessão de apoio financeiro à freguesia de Pernes, mediante a atribuição de um subsídio no montante de sete mil euros, para apoio na organização do evento **Festival do Azeite dois mil e dezanove**, ao abrigo das alíneas o) e ff) do número um do artigo trinta e três do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, em articulação com o disposto na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do mesmo diploma”. -----
- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Pernes – Festival do Azeite dois mil e dezanove**, nos termos alínea j) do número um do artigo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- PONTO DEZASSETE – SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA ANA MARGARIDA VIEIRA E SILVA PELA SENHORA SANDRA MARIA CORDEIRO ALEXANDRE TOVAR FARO NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ).-----

--- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a eleição da senhora **Sandra Faro**, tendo sido **eleita por unanimidade**.-----

--- PONTO DEZOITO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- Pelo senhor **Paulo Chora** foi apresentada a seguinte Moção:-----

--- “Desacordo com o pagamento de seguro ao Grupo de Forcados Amadores de Santarém.

--- No âmbito da sua competência legal o executivo da Câmara Municipal de Santarém decidiu voltar a pagar a anuidade do seguro de acidentes pessoais dos Forcados Amadores de Santarém que vigora de agosto de dois mil e dezanove a agosto de dois mil e vinte no valor de quatro mil oitocentos e cinquenta e oito euros.-----

--- Pelo que é opinião pública o GFAS exerce gratuitamente a sua atividade e respeitamos a sua própria decisão. Tal como outra qualquer entidade, o GFAS deve providenciar o seu financiamento nomeadamente naquilo que é fundamental.-----

--- Nesta moção não colocamos em debate tradição ou não tradição, nem o que cada pessoa pensa sobre as touradas ou sobre o chamado espetáculo taurino.-----

--- As opiniões pessoais são sempre opiniões pessoais, mas na opinião do BE a cultura e o divertimento não se podem basear no sofrimento dos animais.-----

--- Qualquer pessoa poderá aduzir argumentos que considere válidos para um debate vindos de qualquer posição. No entanto, a atividade taurina é hoje uma atividade comercial e a forma como cada pessoa ou cada grupo nela se insere é da sua exclusiva responsabilidade privada.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021

Sessão de 27 de setembro de 2019

--- Em consequência, a Câmara Municipal de Santarém não deve financiar atividades taurinas.-----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida na sua sessão de setembro, manifesta o seu desacordo com o pagamento de seguros ao Grupo de Forcados Amadores de Santarém.”-----

--- O senhor **Paulo Chora** acrescentou que ainda há dias ocorreu a cerimónia de reconhecimento do mérito desportivo de centenas de atletas que também eles praticam a sua atividade inserida em associações ou clubes que também têm seguro, não lhe parecendo que autarquia lhe pague o prémio de seguro. -----

--- O senhor **Carlos Nestal** salientou que é aficionado, contudo entende que a autarquia deve apoiar as atividades taurinas, considerando que a câmara também apoia alguns clubes e associações. -----

--- Questionou se a Câmara também paga outros seguros desta natureza.-----

--- O senhor **Luís Arrais** considerou que as touradas são legais, sendo os forcados elementos chave desse espetáculo. -----

--- Sublinhou que o Município de Santarém também dá subsídios aos clubes desportivos pelo que iria votar contra esta moção.-----

--- O senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, referiu que a bancada do PSD é contra esta moção, salientando que este subsídio é o único apoio que o Grupo de forcados recebe do município. -----

--- O senhor **Francisco Madeira Lopes** realçou que é contra a atribuição deste tipo de subsídios, assim como é contra o financiamento de qualquer espetáculo taurino, pelo que iria votar a favor da moção do Bloco de Esquerda. -----

--- O senhor **Carlos Reis** realçou a importância do Grupo Forcados Amadores de Santarém para Santarém e para o país, pelo que é contra a proposta em apreço. -----

--- O senhor **Manuel Afonso** manifestou a sua discordância em relação à moção apresentada, tendo em conta a tradição cultural deste grupo de forcados. -----

--- O senhor **André Gomes** referiu que em coerência com a posição tomada em relação ao financiamento de touradas através de bilhetes, pessoalmente, iria votar a favor desta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

moção. -----
--- O senhor Presidente da Câmara aludiu que vê este apoio como um apoio cultural tendo em conta a tradição deste grupo de forcados que é centenário. -----
--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção em epígrafe tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e oito votos contra, seis votos a favor e zero abstenções -----
--- Pela senhora **Luísa Barbosa** foi efetuada a seguinte Declaração de Voto: -----
--- “O meu sentido de voto a favor da moção do Bloco de Esquerda tem a ver com a não concordância com o apoio a atividades comerciais, como espetáculos taurinos que se devem sustentar a si próprios. Também não concordo com o valor despendido pelo erário público no seguro dessa atividade, a qual poderia ser aplicada noutra atividade como o bem-estar animal”. -----
--- O senhor **André Gomes** considerou a sua intervenção como Declaração de Voto. ----
--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----
--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo usado da palavra ao senhor **Francisco Pombas**, Presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico de Santarém, referiu que esta associação congratula-se com a reabilitação dos largos e praças do centro histórico, sendo que esta associação hierarquiza os largos e praças em três níveis de importância, manifestando a sua disponibilidade para encontrar uma solução que a todos sirva. -----
--- Alertou para os problemas de segurança existentes na cidade, considerando que a Câmara tem de ter uma atitude mais enérgica para garantir uma melhor segurança no centro histórico. -----
--- A seguir, a senhora **Rosa Oliveira** agradeceu o excelente trabalho apresentado pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 17/2017-2021
Sessão de 27 de setembro de 2019

grupo de trabalho, esperando que as recomendações contidas no relatório sejam concretizadas pelo executivo municipal.-----

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** referiu em relação ao centro histórico que está agendada uma reunião para outubro para apresentação dos projetos, sendo que o projeto de requalificação da Rua Cinco de Outubro e Largo da Alcáçova já está fechado. Adiantou que a obra do Largo dos Pasteleiros já não irá ocorrer este mandato. -----

--- Aludiu que o Largo Ramiro Nobre e Largo Mendes Pedroso ainda terão de ser equacionados relativamente a algumas matérias, sendo que o processo da Praça Visconde Serra do Pilar ainda não está fechado. Aquilo que se pretende é que no final das requalificações o saldo seja positivo com mais alguns lugares de estacionamento. -----

--- Relativamente às questões de segurança disse que tem reunido com a PSP, salientando que segundo os dados do Conselho Municipal de Segurança a criminalidade tem vindo a descer. Sublinhou que está a ser tramitado a colocação das câmaras de segurança no centro histórico.-----

--- Concluiu, que o executivo vai ter em atenção as recomendações do grupo de trabalho canil/gatil, no entanto pretende-lhe dar um efeito escala através da construção de um canil/gatil intermunicipal.-----

--- Dada a ausência de mais oradores, foi dado por concluído o Período de Intervenção do Público.-----

--- Eram zero horas e trinta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----